

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.337 - RS (2019/0186171-4)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : WECO SA INDUSTRIA DE EQUIPAMENTO TERMO MECANICO**  
**ADVOGADOS : ANA CRISTINA TESSER - RS034624**  
**MICHELE SCHWAN E OUTRO(S) - RS086749**  
**EMBARGADO : M.N.P. TURISMO LTDA**  
**OUTRO NOME : HOTEL CASA DA MONTANHA LTDA**  
**ADVOGADOS : BRUNO IRION COLETTI E OUTRO(S) - RS079274**  
**ANDREWS LEONI DA SILVA FRANÇA - DF034149**  
**KALIANCA BUTTELLI - RS061347**  
**BRUNO CORRÊA BURINI - DF042841**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **WECO S/A - INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTO MECÂNICO**, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 497/501, e-STJ) que negou provimento ao reclamo da embargada.

Em suas razões (fls. 503/506, e-STJ), a embargante alega a existência de obscuridade no *decisum* embargado acerca da majoração dos honorários advocatícios recursais. Sustenta, em síntese: "*pretende a embargante o esclarecimento a respeito de como se dará a aplicação do percentual dos honorários advocatícios majorados através da decisão ora embargada [...]*" (fl. 505, e-STJ).

Impugnação às fls. 510/515, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

1. Com efeito, nos estreitos lindes do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração objetivam suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontráveis em decisão ou acórdão, não podendo ser utilizado como instrumento para a rediscussão do julgado, como pretende a embargante.

Nesse sentido, precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. CARATER PROTETÓRIO. MAJORAÇÃO DA MULTA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC/73, e 1.022 do NCPC, não merecem acolhida os embargos de declaração que têm nítido caráter infringente.

**2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado.**

**3. Inexistindo a alegada omissão no acórdão embargado,**

**mostra-se incabível o acolhimento dos aclaratórios. Precedentes.**

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg na PET no CC 133.509/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/05/2016, DJe 18/05/2016) [grifou-se]

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO CABIMENTO. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DECLATÓRIOS ADUZINDO AS MESMAS TESES, JÁ APRECIADAS. ELEVAÇÃO DA MULTA APLICADA E CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. MULTA.

**1. Depreende-se do art. 535, I e II, do CPC que os embargos de declaração apenas são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador. Eles não se prestam, portanto, ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de dar efeito infringente ao recurso.**

2. No caso, inexistem omissões ou contradições a serem sanadas, pois todas as teses da parte já foram apreciadas. O que se observa é o resistente inconformismo com a decisão exarada, contrária aos interesses da parte, circunstância a justificar a certificação do trânsito em julgado e a elevação da multa aplicada nos termos do art. 538 do CPC para 5%, ante a insistente oposição de embargos declaratórios aduzindo as mesmas questões.

3. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa e determinação de certificação do trânsito em julgado.

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 552.667/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 10/11/2015) [grifou-se]

Na espécie, o dispositivo da decisão monocrática é claro acerca da sua ordenação:

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo e, por conseguinte, majoro os honorários advocatícios em 10% sobre o valor fixado na instância de origem, nos termos do art. 85, §11º, do CPC/15.

**Assim, se os honorários foram fixados na instância de origem em 12% do valor atualizado da causa, o comando decisório os elevou para 13,2%, sobre a mesma base de cálculo.**

Desse modo, a pretensão da insurgente não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios, não demonstrando, em suas razões recursais, qualquer vício que a decisão embargada tenha incorrido. Portanto, não se vislumbra quaisquer das máculas do artigo 1.022 do CPC/15, na decisão hostilizada.

**2. Não obstante a rejeição dos aclaratórios, deixa-se de se aplicar a multa**

prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015, pois, em se tratando de primeiros embargos de declaração que não ostentam caráter manifestamente protelatórios, pressuposto para aplicação da medida, descabida a sua incidência neste momento processual. No entanto, desde já se adverte que a reiteração de embargos de declaração, com intuito de rediscussão do julgado, poderá caracterizar o aludido caráter manifestamente protelatório, ensejando a aplicação da multa citada.

**3.** Do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator